

## O Templo, o Palácio e o Pequeno Produtor na Baixa Mesopotâmia pré-sargônica

---

Emanuel Bouzon

### *Abstract*

*The material culture of the Babylonian Neolithic Age is that of an agro-pastoral economy based on the extensive-family landowner as a member of the village community. The large family produced for its own subsistence whatever was needed. The deciding power belonged to the villages, where it was performed by the elders of the many families which constituted each Neolithic village. There was no place for social stratification. With the first Sumerian city-state foundations, during the Uruk III period (3100-2900 b.C.), the villages lost their self-sufficiency and became tributaries of the urban centers. The new state structure created the need for a centralized government in order to solve the new administration problems of a city-state. There appeared what Oppenheim called "the great organizations", that is to say the temples and, later on, the palace. The pre-Sargonic archives coming from the city of Shuruppak/ Fara prove clearly that the Sumerian city-state economy was organized in terms of the city's great temple complex. The temple was not only a worshipping center, but also the owner of the greatest extensions of productive lands. The city's active population — either the craftsmen or the food producers — depended upon the temple's economy in one way or the other. However, one cannot classify the Sumerian city-state as theocratic, nor define its economy as one of state monopoly. The documentation known also proves that the temple economy seems to have dominated in Southern Lower Mesopotamia even as the palace economy did in the Northern lands. The family economy remained in existence, but it performed a secondary role in the city-state economy.*

### *I. A "revolução" neolítica*

Na passagem do sétimo para o sexto milênio da era pré-cristã, o Oriente Próximo foi o cenário de transformações profundas em suas estruturas sócio-econômicas. O homem do Oriente Próximo passou, paulatinamente durante esse período, de caçador e coletor de alimentos, a pro-

dutor de seu próprio sustento. Esta mudança no *modus vivendi* do homem neolítico foi tão radical e suas consequências na sociedade e na economia tão profundas, que o arqueólogo V. Gordon Childe denominou-a revolução neolítica<sup>1</sup>. O cultivo de alimentos e a domesticação de animais exigiu do homem neolítico uma mudança no tipo de habitação dos agrupamentos humanos. Começou um longo e paulatino processo de sedentarização<sup>2</sup>. Inicialmente o homem neolítico parece ter misturado os antigos hábitos de caçador e coletor de alimentos com os novos de produtor de alimentos, cultivando campos em que ele permanecia durante um determinado período<sup>3</sup>. É o tipo de apropriação de terra de cultura, que poderíamos classificar de semi-permanente, em que o cultivo dos campos se alternava com períodos de caça e de transumância com os animais domesticados. Do campo semi-permanente surgia a aglomeração permanente<sup>4</sup>.

A arqueologia constatou, em suas escavações, que o homem neolítico viveu, inicialmente, em aglomerações de estrutura circular, que dificultavam qualquer tipo de desenvolvimento<sup>5</sup>. No Oriente Próximo, contudo, este tipo de habitação parece ter sido, logo, substituído pela aldeia de estrutura retangular<sup>6</sup>. Nesta aldeia as casas eram construídas em uma planta retangular, com uma área de 25 a 35 m<sup>2</sup>, com vários cômodos e lugares próprios para armazenamento e abrigavam, normalmente, uma família nuclear<sup>7</sup>. O próprio tipo de construção retangular facilitava eventuais acréscimos e apêndices, se, pôr exemplo, a família nuclear viesse a desenvolver-se em família extensa, como parece ter sido o caso a partir da cultura de Samarra<sup>8</sup>. A arqueologia mostrou, outrossim, que as primeiras aldeias de estrutura retangular do Oriente Próximo ocupavam uma área de, apenas, 1 a 4 hectares<sup>9</sup>.

Depois de uma fase incipiente de produção de alimentos, as inovações básicas que caracterizavam a cultura neolítica atingiram todas as áreas do Oriente Próximo. Essas inovações são representadas pela formação de comunidades aldeãs, pelo cultivo de algumas gramíneas e leguminosas selecionadas, pela criação de cabras, ovelhas, suínos e bovinos e pela introdução de técnicas tipicamente neolíticas como a tecelagem e a produção cerâmica. A arqueologia constatou que houve, entre os anos 6000 e 4500 a.C., uma notável expansão dos níveis demográficos e tecnológicos. As técnicas produtivas, que, com muita fadiga, tinham sido desenvolvidas nas regiões aos pés das montanhas, espalharam-se, agora, pelos planaltos anatólicos e iranianos e penetraram, finalmente, na região do aluvião mesopotâmico. Para firmar-se nesta região foi, contudo, necessário que a colonização agro-pastoril preparasse a sua infra-estrutura com desmatamentos, drenagem e processos de irrigação. Mas, uma vez preparada essa

infra-estrutura, as possibilidades de produção no aluvião mesopotâmico eram bem maiores do que nas regiões montanhosas, que contavam, apenas, com as variações pluviais dessas regiões.

Os resultados de pesquisas arqueológicas, no Oriente Próximo, mostraram que a organização de uma comunidade aldeã neolítica era bastante simples. A aldeia era, geralmente, constituída por poucas famílias extensas e havia nela, conseqüentemente, um parentesco generalizado. O poder decisório estava baseado na presença de alguns poucos chefes de família (anciãos) e não havia diferenças substanciais de caráter sócio-político entre esses chefes<sup>10</sup>. No interior da comunidade o papel de cada núcleo parece ter sido, essencialmente, paritário e seu tipo de agregação basicamente cumulativa<sup>11</sup>. Nessas aldeias não havia, pois, lugar para especialistas de dedicação exclusiva; mesmo atividades não diretamente ligadas à produção de alimentos, como a tecelagem e a cerâmica, eram executadas pelas famílias de produtores de alimentos<sup>12</sup>. A arqueologia não encontrou elementos que pudessem ser interpretados como sinais de expressão de uma unidade comunitária do tipo edifício público, como templos ou armazéns comunitários<sup>13</sup>. Pode-se, pois, concluir que o próprio tipo de organização social da comunidade neolítica dificultava o processo de estratificação dessa sociedade e tornava irrelevante eventuais diferenças funcionais<sup>14</sup>.

A economia de uma comunidade aldeã neolítica era, essencialmente, uma economia de subsistência baseada na reciprocidade<sup>15</sup>. Sua base era agro-pastoril, fundada em uma seleção acurada das espécies domesticadas. Entre as plantas firmaram-se a cevada e alguns tipos de trigo; entre os animais encontravam-se o cão (para guarda, pastoreio e caça), cabras, ovelhas, suínos, bovinos e, já no fim do período, os asnos como animais de carga. Além de fornecer carne (suínos e animais machos dos caprinos e ovinos), a criação de animais contribuiu no trabalho (bois, asnos), forneceu leite e outros produtos de laticínios (bovinos, caprinos e ovinos) e fibras têxteis (ovinos)<sup>16</sup>. Paralelamente às atividades de criação de animais domesticados, continuou a prática venatória, importante até para proteger a produção de alimentos contra animais predadores e herbívoros selvagens.

A arqueologia comprova, também, a existência de fibras tanto vegetais (linho) como animais (lã) que, tratadas convenientemente e transformadas em fio contínuo, possibilitaram o surgimento de uma indústria têxtil<sup>17</sup>. Os tecidos produzidos pela tecelagem neolítica foram usados na confecção de roupas, que substituíram o uso de peles de animais, como vestimentas, típico dos períodos paleolítico e mesolítico<sup>18</sup>. Surgem, tam-

bém, novas técnicas de transformação relacionadas com a produção de alimentos. É o caso da moagem das sementes com um tipo de mó manual de pedra, método já conhecido anteriormente, durante a fase de recolhimento de alimentos espontâneos, mas que agora vai tornar-se um processo normal na vida doméstica. Depois do aparecimento da cerâmica, um novo método de transformação de alimentos é o processo de cozinhá-los<sup>19</sup>.

A conservação de alimentos é, ainda, feita em silos cavados na terra e revestidos de cal. Todas as atividades de produção e transformação de alimentos bem como a tecelagem e a cerâmica são efetuadas em uma economia doméstica. Nas casas desse período encontram-se silos escavados no solo, fornos, áreas destinadas à habitação e áreas reservadas ao trabalho de moagem, de tecelagem e do ceramista. Elas eram construídas de argila misturada com palha, inicialmente em forma de blocos e, mais tarde, em forma de tijolos feitos à mão. As casas de uma comunidade aldeã podiam ser construídas como uma aldeia aberta ou no tipo colmeia, sem circulação a nível de solo e com acesso, apenas, pelo terraço<sup>20</sup>.

Em uma aldeia neolítica, o centro produtor era, pois, o *oikos* das famílias extensas. Os campos cerealíferos, principais meios de produção em uma economia agrícola, pertenciam à comunidade de famílias extensas. O proprietário fundiário privado participava, do direito de propriedade, provavelmente, enquanto membro dessas famílias<sup>21</sup>. O tipo de economia igualitária e distributiva da aldeia neolítica não exigia mecanismos de decisão complexos e extra-familiares. Mesmo após a entrada nas terras de aluvião da Baixa Mesopotâmia não foi necessário criar, logo, um polo decisório extra-familiar. As comunidades neolíticas estabeleceram-se ao longo dos cursos de água e, por isso, não foram, imediatamente, necessárias obras hidráulicas de grande porte, que, sem dúvida, teriam exigido um tipo de governo mais centralizado.

A agricultura irrigada possibilitou, contudo, um aumento considerável na produção de alimentos. De acordo com os cálculos de K.V. Flannery, com a introdução da irrigação artificial, uma área de 2 km<sup>2</sup> podia abrigar 6 habitantes, enquanto que em uma economia baseada na caça e no recolhimento de alimentos era necessário um território de 26.000 hectares para um grupo de 10 habitantes<sup>22</sup>. A agricultura irrigada conseguiu, pois, produzir mais em uma área menor de cultivo e, assim, alimentar uma população, significativamente, maior<sup>23</sup>. A consequência lógica de um tal aumento substancial na produção de alimentos foi, sem dúvida, o aumento de migrações em direção à Baixa Mesopotâmia.

A vinda de novos grupos populacionais para a região causou, naturalmente, pressões demográficas que provocaram, certamente, o aparecimento de uma maior estratificação social dentro da comunidade aldeã. J.-P. Grégoire está, certamente, correto quando escreve que o processo de estratificação social é determinado pela diferença, cada vez maior, entre o crescimento progressivo da população e a área, proporcionalmente menor, de terras que garantem a produção de alimentos<sup>24</sup>. Pode-se, pois, concluir que, com o crescimento demográfico, os mecanismos de controle dos meios de produção e, conseqüentemente, dos recursos estratégicos, tornaram-se cada vez mais complexos<sup>25</sup>. Esta necessidade de maior estratificação social levou, paulatinamente, a uma passagem da sociedade comunitária para uma sociedade mais estratificada, que parece ter sido a característica do IV<sup>o</sup> milênio<sup>26</sup>.

## *II. O processo de urbanização*

Pela metade do IV milênio, o sul da Baixa Mesopotâmia sofreu um significativo aumento de população provocado, provavelmente, por imigrações maciças de novas populações em direção ao sul da planície mesopotâmica<sup>27</sup>. O aumento demográfico, junto com o domínio crescente das técnicas de irrigação artificial, provocou um crescimento econômico que trouxe consigo um desenvolvimento tecnológico e uma intensificação do comércio com as zonas periféricas à procura de matéria prima inexistente na Baixa Mesopotâmia<sup>28</sup>. A arqueologia encontrou, já no período conhecido como Tell el 'Obed (ca. 4500-3500 a.C.), os primeiros vestígios de organização proto-urbana<sup>29</sup>.

No período seguinte, denominado Uruk IV (ca. 3500-3100 a.C.), acentuou-se o caráter de urbanização, com centros urbanos dominados pelo templo construído no centro do núcleo urbano e cercado de aldeias produtoras de alimentos<sup>30</sup>. No início do terceiro milênio, Uruk é já um importante centro urbano com uma área de, aproximadamente, 400 hectares e com uma população girando em torno de 40.000 habitantes<sup>31</sup>. No período Uruk III, também conhecido como Jemdet Nasr (ca. 3100-2900 a.C.), a urbanização foi consumada e começaram a aparecer outros centros urbanos no sul da Baixa Mesopotâmia, como Ur, Nippur e Lagash. A criação dessas primeiras cidades é, geralmente, atribuída aos sumérios estabelecidos durante esse período no sul da Baixa Mesopotâmia<sup>32</sup>. Outros modelos urbanos começaram a surgir, também, no centro da Baixa Mesopotâmia<sup>33</sup> e na região do Diyala<sup>34</sup>.

Uma das características essenciais da cultura urbana é, sem dúvida, a especialização profissional, que dividiu a população ativa entre especialistas e produtores de alimento, e a estratificação social proveniente dessa especialização<sup>35</sup>. Diversos elementos contribuíram para esta transformação, tão radical, da sociedade mesopotâmica. Avanços tecnológicos no domínio da irrigação artificial e novas técnicas de plantio com a introdução do arado-semeador permitiram, de um lado, uma produção significativamente maior em uma área cultivada bem menor e, ao mesmo tempo, novas áreas de plantio puderam ser cultivadas e atribuídas ao deus principal da cidade, sendo administradas e exploradas pelo templo<sup>36</sup>. Por outro lado, o aumento demográfico permitiu a especialização profissional e criou um novo tipo de relação entre os membros da sociedade e os meios de produção<sup>37</sup>. Havia, pois, uma tendência de especialização das atividades bastante clara no processo de urbanização. Os produtores de alimentos viviam nas aldeias e produziam, agora, mais do que consumiam e com os excedentes podiam alimentar os especialistas estabelecidos no centro urbano<sup>38</sup>.

Neste processo de urbanização as antigas comunidades agrícolas perderam, pois, sua homogeneidade e auto-suficiência. Em um primeiro momento, havia, certamente, uma relação de complementaridade entre a cidade e a aldeia, mas logo a sociedade tornou-se hierarquizada, com as aldeias dependendo dos centros urbanos. A invenção da escrita no início do terceiro milênio veio reforçar, ainda mais, o poder da burocracia urbana. Os diferentes especialistas, quer burocráticos (escritas, administradores etc.) quer cultivos (sacerdotes) quer técnicos (tecelões, ourives, metalúrgicos etc.), que formavam a minoria da comunidade (ca. 20%), tornaram-se os privilegiados da nova sociedade. As comunidades rurais, como unidades independentes de produção, desapareceram, tornaram-se tributárias da cidade e foram incorporadas ao sistema de produção da cidade-estado suméria<sup>39</sup>.

Neste novo tipo de sociedade fazia-se mister criar novos polos decisórios aceitos por todos, já que o poder dos chefes de família, vigente na antiga comunidade rural, era insuficiente para gerir o governo de uma cidade-estado. Surgiu, então, um novo centro de governo da cidade ligado inicialmente ao templo e mais tarde ao palácio, que L. Oppenheim denominou as Grandes Organizações<sup>40</sup>. Nas primeiras organizações urbanas da Baixa Mesopotâmia o templo do deus principal da cidade era o centro político e econômico da cidade-estado; mais tarde, a partir do período proto-dinástico IIIa (ca. 2600-2500 a.C.), e talvez até já um pouco antes, apareceu o palácio como residência do governante da cidade e separado

do complexo templário<sup>41</sup>. Em pouco tempo, o palácio tornou-se o centro da vida social, política e econômica da cidade-estado, embora os templos continuassem os grandes proprietários das terras cerealíferas.

A base da economia da Baixa Mesopotâmia continuava, essencialmente, agro-pastoril, mas os especialistas dos centros urbanos produziam, agora, produtos manufaturados muito procurados pelos mecanismos de troca de bens, principalmente, com outras regiões<sup>42</sup>. Nas cidades sumérias o sistema econômico era, eminentemente, redistributivo. A circulação dos bens produzidos efetuava-se por meio de um sistema bastante complexo de recolhimento, armazenamento e redistribuição desses bens aos diferentes membros da comunidade da cidade-estado<sup>43</sup>. O templo do deus principal da cidade-estado parece ter sido, pelo menos inicialmente, o centro para o qual fluíam a produção dos grandes domínios templários, as contribuições e os tributos que eram armazenados nos silos e depósitos da administração central e onde, também, iniciava o processo de redistribuição. Continuava, pois, o mesmo sistema *oikos* (em sumério *É* = casa) de economia já encontrado nas comunidades rurais do período neolítico. O *oikos* indica, em si, uma comunidade doméstica e representa uma unidade sócio-econômica. Mas agora toda a cidade-estado era gerida como um grande *oikos* (*É.GAL*) administrado pelo governante da cidade e todos os habitantes dessa cidade-estado dependiam de uma ou de outra maneira desse *oikos*<sup>44</sup>. O centro administrativo desse grande *oikos* foi, inicialmente, o templo e mais tarde o palácio<sup>45</sup> e o governante da cidade-estado suméria recebeu nomes diferentes de acordo com o modelo de cidade-estado em questão<sup>46</sup>.

Na cidade suméria a propriedade de grande parte das terras produtivas, tão importante em uma economia essencialmente agrícola, parece ter sido atribuída aos deuses da cidade-estado, que as exploravam por meio dos templos. O governante da cidade-estado não era, necessariamente um sacerdote, mas, em todos os textos conhecidos, ele era considerado o representante da divindade, e como tal o responsável pela exploração dessas terras<sup>47</sup>. Enquanto responsáveis pela produção de alimentos, os grandes domínios templários desempenhavam um papel central na vida econômica e social da cidade-estado suméria. O centro urbano era, também, responsável pelo mecanismo de redistribuição dos bens produzidos entre os membros da comunidade. A acumulação de bens nos tesouros dos templos e palácios não servia, apenas, para alimentar a máquina redistributiva da cidade-estado, ela era, também, fonte de poder sócio-econômico e alimentava aquilo que S. Morenz denominou economia de prestígio típica no Antigo Oriente<sup>48</sup>.

As terras dos grandes domínios administrados pelos templos eram divididas, desde o período Jemdet Nasr, em *GÁNA.EN* ("campo do EN") e *GÁNA.ŠUKU* ("campo de sustento")<sup>39</sup>. O primeiro tipo de campo, que representava cerca de 80% dos campos dos domínios templários, era cultivado pelos funcionários da administração central e sua produção destinava-se às necessidades dos governantes e de suas famílias, do culto e dos sacerdotes; os campos designados como *GÁNA.ŠUKU*, cerca de 20% da totalidade, eram parcelas de terra atribuídas aos altos funcionários a título de sustento<sup>39</sup>. A partir da primeira dinastia de Lagaš (ca. 2520-2355 a.C.), a documentação conhecida apresenta-nos já uma divisão tripartida das terras da administração central: *GÁNA.NĪ.EN.NA* que designava as terras exploradas diretamente pela administração central para satisfazer suas necessidades; *GÁNA.ŠUKU* indicativa das parcelas de terra atribuídas aos funcionários a título de sustento e os *GÁNA.APIN.LÁ*, que representavam uma pequena parte de campos alugados a funcionários ou a pequenos produtores em troca de uma parte da produção<sup>31</sup>.

Os primeiros textos que a escrita cuneiforme, criada no início do terceiro milênio, produziu, eram documentos de caráter administrativo e pertenciam, sem dúvida, aos arquivos da administração central<sup>32</sup>. Naturalmente, o uso indevido de elementos fornecidos por esse tipo de documentação corre o risco de viciar a compreensão das estruturas sociais e econômicas da cidade-estado suméria. Foi o que aconteceu com a tese da cidade-templo defendida pela economista A. Schneider baseada em textos de Lagaš, da época de Eannatum II (ca. 2400 a.C.), de Lugallanda (ca. 2370 a.C.) e de Uruinimgina (ca. 2355 a.C.), que lhe tinham sido fornecidos pelo assiriólogo A. Deimel<sup>33</sup>. A tese da cidade-templo pode, basicamente, ser assim delineada: durante o período pré-sargônico todas as terras produtivas pertenciam aos templos e a vida econômica da cidade suméria estava sob total controle destes<sup>34</sup>. Toda argumentação de Schneider e Deimel estava construída em cima de textos provenientes de um único arquivo de uma instituição denominada *É.MĪ* (literalmente: casa da mulher) da *É.BA.Ú* e traduzida por Deimel como "templo da deusa Bau"<sup>35</sup>. Os textos deste arquivo referem-se a diferentes problemas, como irrigação, administração dos campos cerealíferos, produção de lã, criação de animais, pescaria, tributos, aluguel de campos etc.<sup>36</sup>. As terras atribuídas a esta unidade econômica estavam divididas, como todas as terras de arquivos públicos, em *GÁNA.NĪ.EN.NA*, *GÁNA.ŠUKU* e *GÁNA.APIN.LÁ*. Uma interpretação extrema destes textos levou à concepção de uma cidade-estado suméria de tipo teocrático.

Em 1954 o ilustre sumerólogo A. Falkenstein publicou um importante artigo, em que, mesmo aceitando a teoria da cidade-templo, matizou alguns exageros da posição de Deimel, admitindo, entre outras coisas, que ao lado da economia templária havia, também, outros tipos de economia e corrigindo, outrossim, o conceito de cidade teocrática<sup>57</sup>.

Inicialmente a teoria da cidade-templo teve grande aceitação entre os assiriólogos. Mas logo surgiram vozes críticas que contestaram, exatamente, o frágil embasamento da teoria da cidade-templo. Diakonoff baseou sua crítica nos dados relativos à área dos campos da instituição *É.MI* da *É.BA.Ú* fornecidos na documentação; segundo seus cálculos as medidas atribuídas às terras produtivas do domínio de *É.BA.Ú* não podiam corresponder à área total produtiva da cidade de Lagaš<sup>58</sup>. Gelb critica a fraca fundamentação textual da teoria da cidade-templo e mostra o perigo de construir toda uma tese, que segundo seus autores valia para todo o período pré-sargônico, à base de um único arquivo de uma determinada época<sup>59</sup>. Hoje em dia, uma análise mais abrangente de todos os textos pré-sargônicos pode mostrar que, se o papel do templo na economia da cidade-estado suméria, como o principal produtor de alimentos, era fundamental na economia suméria pré-sargônica, contudo nem todas as terras produtivas eram propriedades templárias<sup>60</sup>.

Um outro grupo de textos originários de Zabala, uma localidade próxima à cidade suméria de Umma, datados do reinado de Lugalzagesi (ca. 2350 a. C.), é importante para o estudo da relação entre o templo e o palácio no período proto-dinástico. Estes textos – cerca de 100 tábuas cuneiformes – pertencem a um grande arquivo do templo Ezikalama dedicado à deusa Inanna e mostram, com clareza, a íntima relação existente entre a economia do templo e o *ENSÍ*. A análise destes textos permite-nos concluir que o governante da cidade controlava, nesta época, tanto a economia palatina como a templária<sup>61</sup>.

### *III. A documentação do período pré-sargônico*

Além da abundante documentação originária dos arquivos templários e palatinos, o período pré-sargônico transmitiu-nos, também, um outro tipo de textos que atestam um movimento de compra e venda de bens móveis e imóveis entre pessoas particulares. A assiriologia hodierna conhece dois tipos de material documentário, que conservariam esses contratos de compra e venda.

O primeiro tipo é constituído por textos conservados em estelas, estatuetas, figurinhas e, até mesmo, tábuas de pedra, que registram a aquisição, por compra, de diversas parcelas de terra. Esses campos, certamente destinados à cultura cerealífera, eram comprados por uma única pessoa a um ou vários vendedores. O material usado pelos escribas nestes registros foi a pedra, um material raro e, por isso mesmo caro, na Baixa Mesopotâmia. Só a escolha deste tipo de material já demonstra o valor desses documentos. Dada sua forma externa, Gelb comparou-os com os *kudurrus* da época cassita e pós-cassita e denominou-os, destarte, *ancient kudurrus*<sup>62</sup>.

Os *kudurrus* da época cassita e pós-cassita registravam dádivas de terra dos reis a altos funcionários da administração cassita<sup>63</sup>. O assiriólogo russo Diakonoff julga o nome *ancient kuduru* bastante infeliz, já que há diferenças não só formais mas, também, no próprio gênero literário dos dois tipos de documentos. Enquanto os *kudurrus* cassitas e pós-cassitas registravam presentes reais de terras a altos funcionários do reino ou representavam documentos de imunidade, os documentos da época pré-sargônica, lavrados em pedra, conservaram o registro de compras de terra. Diakonoff prefere, por isso, o antigo nome de *Sammelurkunden* para esse tipo de documentos<sup>64</sup>.

A assiriologia conhece, hoje, cerca de 43 exemplares desses antigos registros coletivos de compras de terra do período pré-sargônico; 11 deles pertencem ao período Uruk III ou Jemdet Nasr (ca. 3100-2900 a.C.), 3 aos períodos pré-dinásticos I e II (ca. 2900-2600 a.C.), 10 ao período de Fara ou pré-dinástico IIIa (ca. 2600-2450 a.C.) e 19 ao período pré-dinástico IIIb (2450-2340 a.C.)<sup>65</sup>. O uso deste tipo de documento prosseguiu até à época sargônica (ca. 2340-2198 a.C.) e parece ter desaparecido, completamente, com o advento de Ur III (ca. 2111-2003 a.C.).

O exame da procedência desse tipo de documento mostra, claramente, que, ele é, geograficamente, originário de, praticamente, todas as regiões da Baixa Mesopotâmia, desde o norte, de influência marcadamente semita, como Assur, Acade, Sippar, Kiš, Babel e Dilbat e a região do rio Diyālā (Ešnunna e Tutul) até o sul, de maior influência suméria, como Lagaš, Nippur, Adab, Umma e Šuruppak. Em cidades do extremo sul, como Eridu, Larsa, Ur e Uruk não foram, até hoje, encontrados documentos desta natureza. O tipo de escrita cuneiforme varia de acordo com a data de composição do texto; os mais antigos, do período Uruk III, apresentam um tipo de escrita mais pictográfica, cuja interpretação nem sempre é fácil, já os mais recentes usam uma escrita mais tipicamente cunei-

forme<sup>66</sup>. É usada tanto a língua suméria como a acádica, conforme o lugar de origem do documento.

O formulário dos registros coletivos de tipo "*ancient kudurru*" pode variar entre uma formulação bastante lacônica, que menciona, apenas, as medidas dos campos vendidos, o preço e os nomes dos vendedores e do comprador e uma mais ampla, que enumera, também, pagamentos adicionais e presentes bem como o nome de vendedores secundários, de testemunhas e de oficiais da administração central, que autorizavam ou testemunhavam a compra<sup>67</sup>. Cláusulas de garantia típicas dos contratos de compra e venda conservados nas tabuinhas de argila desde o período Fara, e durante toda a história da literatura babilônica, parecem faltar, totalmente, neste tipo de documentos<sup>68</sup>.

É típico, pois, deste tipo de documentação, registrar a compra de diversos campos cerealíferos efetuada por um mesmo comprador a um ou vários vendedores. É, assim, comum que ao lado do vendedor principal que recebe o preço do campo<sup>69</sup>, apareçam outros personagens, que são uma espécie de vendedores secundários, contemplados, igualmente, com um tipo de pagamento em prata, cobre ou em espécie<sup>70</sup>. A interpretação mais comumente aceita é que esses vendedores secundários seriam parentes do vendedor principal e estariam participando do ato de venda do campo<sup>71</sup>.

Em relação ao tamanho dos campos vendidos nesse tipo de documento, nota-se, também, uma diferença entre o norte e o sul da Mesopotâmia. Normalmente os campos negociados em regiões ao norte da Baixa Mesopotâmia são, substancialmente, mais extensos<sup>72</sup>. Os compradores são, geralmente, altos funcionários da administração central templária ou palatina<sup>73</sup>. Entre os vendedores, também, aparecem alguns altos funcionários, mas, normalmente, a profissão do vendedor não é mencionada. Aliás, levando-se em conta que esse tipo de documento registra, geralmente, a compra de grandes parcelas de terra arável efetuada por um mesmo comprador, não admira que este esteja entre os grandes funcionários da administração central, certamente, os financeiramente mais capacitados para uma transação comercial de tal porte.

Em relação a esses antigos documentos lavrados em pedra pode-se, ainda, indagar sobre a sua finalidade. Por que se registrariam, em uma estela de pedra, todas as compras de terras realizadas por um mesmo cidadão em um determinado período de tempo? Como já foi mencionada acima, a pedra era um material, praticamente, inexistente na Baixa Mesopotâmia, portanto devia ser importado e sua aquisição era dispendiosa. Um documento lavrado em uma estela de pedra devia ter, sem dúvida, um

caráter oficial. Tratava-se, provavelmente, de um registro oficial que devia estar exposto em um lugar público e podia ser consultado em qualquer caso de dúvida relativa às transações realizadas.

Além dos contratos registrados nas estelas de pedra ("ancient kudurrus"), acima mencionados, a assiriologia dispõe, também, para o estudo da economia da sociedade pré-sargônica, de um outro tipo de documento que começa a aparecer a partir do período Fara (ca. 2600-2450 a.C.). Trata-se de contratos de compra e venda de bens móveis e imóveis (campo, pomar, casa, escravo etc...) registrados em tabuinhas de argila. A tábua de argila tornou-se, depois do período Fara, o material preferido da escrita cuneiforme até o fim de sua história. Conhece-se, hoje, cerca de 64 textos desta natureza, que podem ser, com certeza, datados da época pré-sargônica; 42 deles pertencem ao período Fara e 22 ao período pré-dinástico IIIb (ca. 2450-2340 a.C.)<sup>76</sup>. Esse grupo de textos é, sem dúvida, de suma importância para o estudo da propriedade fundiária na Baixa Mesopotâmia durante o período pré-sargônico.

Todos esses contratos apresentam uma determinada tipologia: começam com a menção do preço, avaliado, geralmente, em cobre e às vezes em prata e das medidas do campo, do pomar ou da casa, no caso de bens imóveis<sup>77</sup>, inclui em seguida outros tipos de reembolso (*NIG.DIRIG*) e de presentes (*NIG.BA*), inclusive em bens naturais, para o vendedor ou os vendedores, segue a lista de testemunhas (que também podiam receber presentes) e o nome do comprador. O contrato termina, em geral, com a menção do funcionário, responsável pela legitimidade da transação, e da localização do imóvel em questão<sup>78</sup>. Esta tábua de argila, com o texto do contrato, significava uma garantia para o comprador do imóvel contra possíveis futuras reclamações do direito de propriedade desse mesmo comprador<sup>77</sup>. Por isso, cada contrato registrado na tabuinha cuneiforme era entregue ao novo proprietário e depositado em seu arquivo familiar e ali conservado cuidadosamente. A língua usada neste tipo de contrato era, no período pré-sargônico, quase exclusivamente o sumério<sup>78</sup>.

Nos contratos relativos à compra e venda de bens imóveis, que são os que nos interessam neste contexto, aparecem um ou vários cidadãos, provavelmente parentes, que vendem um campo, um pomar ou uma casa a um outro cidadão. Ao contrário dos textos do tipo kudurru, os compradores nestes contratos não são, apenas, altos funcionários da administração central, mas cidadãos de diferentes camadas sociais<sup>79</sup>. Não deixa de ser interessante observar que a maior parte das tabuinhas de argila com contratos de compra e venda de imóveis é proveniente da região de Šuruppak, hoje Fara, uma cidade situada ao norte da Baixa Mesopotâmia, onde a

influência das populações semitas era, sem dúvida, marcante. Mas há também contratos, desta época, provenientes de cidades, como Uruk, Girsu e Nippur, tradicionalmente sumérias.

#### *IV. Conclusões*

Os estudos arqueológicos do período neolítico mostraram, claramente, que o homem do Antigo Oriente experimentou, nesta época, uma transformação radical, embora paulatina, em seu *modus vivendi*. Ele deixou, aos poucos, de ser um simples caçador e coletor de alimentos e tornou-se o produtor dos meios de sua própria subsistência. Esta situação nova para o homem neolítico exigiu dele mudanças substanciais em seus hábitos de vida. Ele sentiu a necessidade de uma maior fixação a um determinado ambiente geográfico e vai, assim, passando de uma vida nômade a uma vida sedentária. Começou, então, a viver em agrupamentos humanos maiores e a formar as primeiras aglomerações. A própria necessidade de produzir alimentos obrigou o homem neolítico a apropriar-se de terras para cultivá-las e semeá-las e a domesticar alguns tipos de animais selvagens. Surgiram, assim, as primeiras aldeias neolíticas. Nesse tipo de aldeia o centro econômico parece ter sido a casa da família extensa (sumério *É*, acádio *bltum*). Uma economia doméstica neolítica devia ser, por sua própria estrutura, auto-suficiente e produzir, não só alimentos, mas tudo o que uma família precisava para sobreviver.

De fato, a cultura material desse período, estudada pela arqueologia, mostrou que a organização de uma aldeia neolítica era bastante simples. Ela era, em geral, constituída por poucas famílias extensas que centravam suas atividades produtivas em uma economia doméstica. Todas as atividades de produção e transformação dos alimentos, bem como, a produção têxtil e a produção de vasilhames (cerâmica) e de outros instrumentos necessários ao cultivo da terra eram realizadas dentro da economia doméstica das famílias extensas de uma aldeia.<sup>80</sup> Naturalmente, a economia de uma sociedade desta natureza era, essencialmente, uma economia de subsistência, baseada, fundamentalmente, na reciprocidade. A base da economia neolítica era agro-pastoril.

Finley denominou este tipo de economia, típico do Mundo Antigo em geral, de economia-*oikos*<sup>81</sup>. O termo grego *oikos* indica, em si, não apenas a casa física, mas a organização sócio-econômica de uma família. Pode-se, pois, concluir, que o termo *oikos* expressa uma comunidade doméstica e representa uma unidade sócio-econômica. Os campos cerealife-

ros, principais meios de produção neste tipo de economia, pertenciam, certamente, à comunidade de famílias extensas. O chefe de uma família extensa era proprietário fundiário, provavelmente, enquanto membro da comunidade aldeã. Em uma sociedade deste tipo seria, certamente, anacrônico falar de direito de propriedade, direito de alienação de bens imóveis, bem como, de economia privada ou pública. Toda a vida econômica da aldeia era dirigida pela comunidade de famílias extensas. Em uma sociedade desta natureza não havia lugar para um processo de estratificação social propriamente dito. O poder decisório na aldeia era exercido, paritariamente, pelos chefes das famílias extensas (anciãos).

Em meados do IV. milênio antes de nossa era, começou na Mesopotâmia um processo de urbanização, que culminou, no período Uruk III ou Jemdet Nasr (3100-2900 a.C.), com a fundação da cidade-estado suméria. Esta etapa decisiva foi precedida por diversas etapas preparatórias, que provocaram, na sociedade mesopotâmica, uma crescente estratificação social. Uma dessas etapas foi, sem dúvida, a divisão da população ativa em especialistas e produtores de alimentos. Os primeiros continuaram a viver nas aldeias, enquanto que os diferentes especialistas se estabeleceram no centro urbano e, aos poucos, constituíram uma classe privilegiada<sup>81</sup>. Com a predominância do centro urbano sobre a aldeia, as antigas comunidades aldeãs perderam sua auto-suficiência e sua homogeneidade. Elas tornaram-se tributárias do centro urbano e dependiam dele para a sobrevivência de seus membros. O processo de urbanização trouxe consigo uma mudança significativa na própria tipologia da sociedade. Os pólos decisórios da antiga comunidade aldeã não eram mais suficientes para gerir o governo de uma cidade-estado. A nova estrutura estatal, com um centro urbano e diversas aldeias dependentes desse centro, criaram a necessidade de um governo centralizado para poder resolver os novos problemas de irrigação artificial, de defesa da cidade, de solução de conflitos internos e externos e de comércio a longa distância que surgiram com a criação da cidade-estado. O assiriólogo A. L. Oppenheim denominou esses novos polos sócio-políticos e econômicos, baseados nos templos e, mais tarde, no palácio, as Grandes Organizações (*the Great Organizations*)<sup>82</sup>.

O estudo arqueológico de uma cidade-estado, como Uruk, mostrou como o centro urbano estava construído em função do grande complexo templário da cidade<sup>83</sup>. Os restos arqueológicos dos edifícios do complexo templário demonstram, claramente, que o templo não era, apenas, um centro cívico-religioso; ele era, também, o centro político e econômico da cidade-estado. Arquivos pré-sargônicos, provenientes de diversas cidades

sumérias, mostra-nos os templos como proprietários de grande extensões de terras produtivas.

A população ativa da cidade-estado dependia, de alguma maneira, da economia templária; grande parte dessa população trabalhava no cultivo dos campos classificados, nos documentos da época, como *GĀNA.EN*, cuja produção destinava-se às necessidades da administração central e ao mecanismo distributivo. Os funcionários mais graduados participavam do processo produtivo, enquanto trabalhavam os *GĀNA.ŠUKU*, campos de sustento, recebidos da administração central a título de pagamento pelos serviços prestados. Além disso, os templos alugavam uma boa parte de suas propriedades fundiárias, os *GĀNA.APIN.LÁ*, empregando, destarte, a mão de obra de pequenos e médios produtores na exploração de parte de suas terras.

O tipo de economia exercido pelo templo e pelo palácio continuava, contudo, na linha de uma economia do tipo *oikos*. Apenas que, agora, o templo ou o palácio representavam um grande *oikos*, cuja produção estava destinada, dentro do mecanismo de redistribuição, à subsistência da população da cidade-estado. O templo ou o palácio encarregavam-se, outrossim, da estocagem dos excedentes necessários para alimentar os especialistas, que não produziam seu próprio alimento, e para a semeadura da próxima safra bem como da armazenagem da matéria prima e de outros produtos da indústria têxtil e do artesanato da cidade-estado essenciais para o mecanismo de trocas no comércio a longa distância. Não se pode, contudo, classificar a cidade-estado como uma cidade teocrática e nem definir a sua economia como uma economia estatal.

Ao lado do grande *oikos*, representado pelo templo ou pelo palácio, que, certamente, dominava a economia da cidade-estado suméria, continuavam a existir os outros *oikos* privados constituídos pelas diversas famílias de pequenos e médios produtores. A abundante documentação representada pelos documentos coletivos do tipo "ancient kudurrus", que registravam um intenso movimento de compra e venda de campos cerealíferos e pelas tabuinhas de argila, provenientes de Šuruppak e de outras regiões, com contratos de compra e venda de bens móveis e imóveis, atestam, sem dúvida, a presença de pessoas particulares nos mecanismos de produção agrícola.

É verdade que os "ancient kudurrus" registram, geralmente, como compradores dos campos altos funcionários da administração central, dependentes, portanto, da Grande Organização. Já os contratos das tabuinhas de argila elencam entre os compradores, também, pessoas de outras camadas sociais. Um outro elemento importante que se pode detectar na

análise dos dois tipos de documentos, acima mencionados, é o fato que, junto com o vendedor principal, são elencados outros cidadãos, que recebiam, também, alguma espécie de pagamento. Estes cidadãos eram, provavelmente, parentes do vendedor principal e, como tal, participavam, também, da venda do campo em questão. Esta menção de vendedores secundários pode, talvez, sugerir uma propriedade comunitária dos meios de produção, remanescente do tempo das comunidades aldeãs.

Esta mesma documentação mostra-nos, outrossim, que os campos cerealíferos, negociados nos contratos desta época, eram bem mais extensos no norte, e nas áreas vizinhas do norte, do que no sul da Baixa Mesopotâmia, que poderia sugerir a conclusão de que a propriedade privada de campos produtivos era mais espalhada no norte do que no sul. Baseados nestes elementos, alguns autores julgam até que a instituição da propriedade privada se tenha originado no norte da Baixa Mesopotâmia, onde predominavam, na população, as camadas semitas<sup>55</sup>. Os elementos fornecidos pela documentação não parecem, contudo, suficientes para sustentar esta hipótese.

A documentação proveniente de arquivos de templos do sul da Baixa Mesopotâmia parece confirmar que a economia templária, com seu modo próprio de produção e seu sistema de propriedade de terras, foi um fenômeno típico, originário do sul, que se alastrou para o norte, sem, contudo, conseguir superar a importância da economia palatina ou anular a economia familiar<sup>56</sup>.

A partir da análise da documentação conhecida, pode-se, provavelmente, admitir que no norte da Baixa Mesopotâmia a economia palatina tenha superado e até controlado a economia templária. Mas o papel da economia familiar "privada" tanto no sul como no norte da Baixa Mesopotâmia não parece ter sido relevante na economia pré-sargônica. Embora os textos deste período atestem a presença de altos funcionários no movimento de compra e venda de extensos campos produtivos, contudo a produção desses campos permanecia, como nos períodos seguintes até o período pálcio-babilônico, em uma linha de subsistência e até de prestígio da família em questão. Os grandes proprietários fundiários, que dominavam e controlavam a produção agrícola de uma cidade-estado suméria eram, sem dúvida, principalmente os templos. O pequeno e o médio produtor desempenhavam, apenas, um papel secundário nessa economia, enquanto trabalhavam as terras dos templos ou alugavam parcelas dessas terras, participando, assim, do ciclo produtivo controlado pelas Grandes Organizações.

## Notas

<sup>1</sup> Cfr. V. Gordon Childe, *A evolução cultural do homem*, Rio de Janeiro 1981, p. 77s.; Idem, *O que aconteceu na história*, Rio de Janeiro 1981, p. 51s. Esta terminologia é, sem dúvida, imprecisa, já que não se trata de uma revolução propriamente dita, mas sim de uma passagem longa e paulatina.

<sup>2</sup> Cfr. H. J. Nissen, *Grundzüge einer Geschichte der Frühzeit des Vorderen Orients*, Darmstadt 1983, p. 18s.

<sup>3</sup> Cfr. J.-P. Grégoire, *L'Origine et le Développement de la Civilisation Mésopotamienne du Troisième Millénaire avant notre ère*, em: C.-H., Breteau etc. (ed.), *Production Pouvoir et Parenté dans le Monde Méditerranéen de Sumer à nos jours*, Paris 1981, p. 50s.

<sup>4</sup> Cfr. J.-P. Grégoire, *op. cit.*, p. 51.

<sup>5</sup> Cfr. J. Mellaart, *The Neolithic of the Near East*, London 1975, p. 35-38.

<sup>6</sup> Cfr. J.-P. Grégoire, *op. cit.*, p. 50.

<sup>7</sup> Cfr. J.-P. Grégoire, *op. cit.*, p. 53.

<sup>8</sup> Cfr. J. Oates, *Choga Mami, Iraq 31 (1969) pp. 115-152.*

<sup>9</sup> Cfr. J. Mellaart, *op. cit.*, pp. 35-38 e pp. 42-48.

<sup>10</sup> Cfr. H.J. Nissen, *op. cit.* p.41s.; J.-P. Gregoire, *op. cit.*, p. 54.

<sup>11</sup> Cfr. M. Liverani, *Antico Oriente. Storia, Società, Economia*, Roma-Bari 1988, p. 76.

<sup>12</sup> Este tipo de economia é, geralmente, denominado *oikonomia-oikos*. Foi o modelo típico das economias antigas tanto pré-clássicas como também clássicas. Cfr. M. Finley, *A Economia Antiga*, Porto 1986, pp. 19-43.

<sup>13</sup> Cfr. M. Liverani, *op. cit.*, p. 77.

<sup>14</sup> Cfr. J.-P. Grégoire, *op. cit.*, p. 54.

<sup>15</sup> Cfr. J.-P. Grégoire, *op. cit.*, p. 54.

<sup>16</sup> Cfr. M. Liverani, *op. cit.*, p. 72s.

<sup>17</sup> Cfr. M. Liverani, *op. cit.*, p. 74.

<sup>18</sup> Cfr. M. Liverani, *op. cit.*, p. 74.

<sup>19</sup> Cfr. M. Liverani, *op. cit.*, p. 74.

<sup>20</sup> Cfr. H. J. Nissen, *op. cit.*, p. 35s.

<sup>21</sup> Cfr. I.M. Diakonoff, *The Rural Community in the Ancient Near East*, JESHO 18 (1975) pp. 121-133; idem, *Structure of Society and State in early dynastic sumer*, Los Angeles 1974, p. 8.

<sup>22</sup> Cfr. K.V. Flannery, *Origins and Ecological Effects of Early Domestication in Iran and the Near East*, em: Ucko, P.J. and Dimbleby, G.W. (eds.), *The Domestication and Exploitation of Plants and Animals*, London 1969, p. 92. Seus cálculos mostram que no período anterior havia, aproximadamente, uma densidade populacional de 0.04 habitante por km<sup>2</sup> e, em uma economia irrigada, a densidade era de 6 habitantes por km<sup>2</sup>.

<sup>23</sup> Cfr. K.V. Flannery, op. cit., p. 94. Cfr. ,ib., J.-P. Grégoire, op. cit., p. 56.

<sup>24</sup> Cfr. J.-P. Grégoire, op. cit., p. 56.

<sup>25</sup> Cfr. J.-P. Grégoire, op. cit., p. 56.

<sup>26</sup> Cfr. J.-P. Grégoire, op. cit. p. 57.

<sup>27</sup> Cfr. R. Mc C. Adams, *Patterns of Urbanization in Early Southern Mesopotamia*, em: P.J. Ucko, R. Tringham, G.W. Dimbleby (eds.), *Man, Settlement and Urbanism*, London 1972, p. 738.

<sup>28</sup> Cfr. J.-P. Gregoire, op. cit., p. 58.

<sup>29</sup> Cfr. H. J. Nissen, op. cit., p. 49s.

<sup>30</sup> Cfr. M. Liverani, *L' Origine delle città*, Roma 1986, p. 47-64; P. Chervát, *Ancient Mesopotamia*, Prague 1993, p. 124-212.

<sup>31</sup> Cfr. J.-P. Grégoire, op. cit. p. 61. Cfr. tb. R. Mc C. Adams und H.J. Nissen, *The Uruk Countryside: The Natural Setting of Urban Societies*, Chicago 1972.

<sup>32</sup> Cfr. S.N. Kramer, *The Sumerians*, Chicago 1964, pp. 73-111; G. Pettinato, *I Sumeri*, Bari-Roma 1991, pp. 96-134. Cfr. tb. M. Lebeau, *Esquisse d' une histoire de la Haute Mésopotamie au debut de l' Age du Bronze*, ZA 80 (1990) p. 241-296.

<sup>33</sup> Destaca-se no centro da Baixa Mesopotâmia a cidade de Kiš.

<sup>34</sup> Na região do Diyālā a cidade mais célebre é, sem dúvida, Eñunna.

<sup>35</sup> Cfr. M. Liverani, *L' Origine delle città*, p. 97s.

<sup>36</sup> Os textos administrativos desta época são, em sua quase totalidade, provenientes de arquivos oficiais dos templos. Cfr. P. Steinkeller, *Grundelgentum in Babylonien von Uruk IV zur frühdynastischen Periode II*, *Jahrbuch der Wirtschaftsgeschichte*, Sonderband, Berlin 1987, p. 11-25.

<sup>37</sup> Cfr. M. Liverani, *L' Origine delle città*, p. 97.

<sup>38</sup> Cfr. P. Chervát, op. cit., p. 173s.

- <sup>23</sup> Cfr. I. M. Diskonoff, *The Rural Community in the Ancient Near East*, JESHO 18 (1975) pp. 121-133.
- <sup>24</sup> Cfr. A. L. Oppenheim, *Ancient Mesopotamia*, Chicago 1964, p. 95s.
- <sup>25</sup> Cfr. P.R.S. Moorey, *The Late Prehistoric Building at Jemdet Nasr*, Iraq 38 (1976) pp. 95-106.
- <sup>26</sup> Cfr. B. Foster, *Commercial Activity in Sargonic Mesopotamia*, Iraq 39 (1979) p. 31s.; H. Klengel, *Handel und Händler im alten Orient*, Wien-Köln-Graz 1979, pp. 22-71.
- <sup>27</sup> Cfr. J.-P. Grégoire, *op. cit.*, p. 69.
- <sup>28</sup> Cfr. I. J. Gelb, *Household and Family in Early Mesopotamia*, em E. Lipinski, *State and Temple Economy in the Ancient Near East*, vol. 1, Leuven 1979, pp. 1-97.
- <sup>29</sup> Cfr. J. Margueron, *Les Palais de l'Âge du Bronze en Mésopotamie*, em: P. Garelli (ed.), *Le Palais et la Royauté*, Paris 1974, pp. 11-26; D.O. Edzard, *Problèmes de la Royauté dans la Période Présargonique*, *ibid.* pp. 141-161.
- <sup>30</sup> Assim em Uruk o título do governante parece ter sido *EN*, em Ur e em Kiš *LUGAL* e em Lagaš *ENSÍ*. Sobre o significado desses diversos títulos cfr. G. Pettinato, *I Sumeri*, pp. 238-251.
- <sup>31</sup> Cfr. Cfr. J.P. Grégoire, *op. cit.*, p. 69.
- <sup>32</sup> Cfr. S. Morenz, *Prestige-Wirtschaft im Alten Ägypten*. Bayerische Akademie der Wissenschaften, Philosophisch-Historische Klasse, Heft 4, München 1969.
- <sup>33</sup> Cfr. P. Steinkeller, *Grundeigentum in Babylonien von Uruk IV bis zur frühdynastischen Periode II*, *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte*, Sonderband, Berlin 1987, p. 12s.
- <sup>34</sup> Cfr. G. Pettinato, *I Sumeri*, p. 251s.
- <sup>35</sup> Cfr. P. Steinkeller, *art. cit.* p. 14; G. Pettinato, *I Sumeri*, p. 252.
- <sup>36</sup> Cfr. H.J. Nissen, P. Damerow, R.K. Englund, *Frühe Schrift und Techniken der Wirtschaftsverwaltung im alten Vorderen Orient*, Bad Salzdetfurth 1991.
- <sup>37</sup> Cfr. A. Schneider, *Die Anfänge der Kulturwirtschaft. Die sumerische Tempelstadt*, Essen 1920. Deimel publicou os textos de Lagaš em 1931 sob o título *Sumerische Tempelwirtschaft zur Zeit Urukaginaus und seiner Vorgänger*, *Analecta Orientalia* 2, Roma 1931.
- <sup>38</sup> Cfr. A. Deimel, *Sumerische Tempelwirtschaft*, pp. 71-113. Deimel apresenta, aqui, um ótimo resumo da teoria da cidade-templo.
- <sup>39</sup> Sabe-se, hoje, que a expressão Ê. \*BA.Û não indica, aqui um templo; a formulação Ê.MÍ \*É.BA.Û indica uma instituição dirigida pela esposa do ENSÍ. Cfr. K.

Maekawa, *The Development of the É.MI in Lagash during Early Dynastic III*, Mesopotamia vol. 8-9, Roma 1973-1974, pp. 77-144, B.A. Foster, *A New Look at the Sumerian Temple State*, JESHO 24(1981) pp. 225-241.

<sup>38</sup> Cfr. J. Bauer, *Altsumerische Wirtschaftstexte aus Lagasch*, Rome 1972; G. J. Selz, *Altsumerische Verwaltungstexte aus Lagasch. Die Altsumerischen Wirtschaftsurkunden der Eremitage zu Leningrad*, FAOS 15, 1, Stuttgart 1989.

<sup>39</sup> Cfr. A. Falkenstein, "La cité-temple sumérienne", *Cahiers d' Histoire Mondiale* 1(1954) pp. 784-814.

<sup>40</sup> Cfr. I.M. Diakonoff, *Structure of Society and State in Early Dynastic Sumer*, Los Angeles 1974, p. 6s.

<sup>41</sup> Cfr. I.J. Gelb, *On the alleged Temple and State Economies in Ancient Mesopotamia*, Studi in onore di E. Volterra, VI, Milano 1969, pp. 137-154.

<sup>42</sup> Para uma visão crítica desta tese cfr. J. Nissen, *Die "Tempelstadt": Regierungsform der frühdynastischen Zeit in Babylonien?*, em H. Klengel (ed.), *Gesellschaft und Kultur im alten Vorderasien*, Berlin 1982, pp. 195-200. Cfr. tb. B.A. Foster, *A New Look at the Sumerian Temple State*, JESHO 24 (1981) pp. 225-241; G. Pettinato, *Il binomio tempio-stato e l'economia della seconda dinastia de Lagash*, *Oriens Antiquus* 7 (1968) pp. 39-50.

<sup>43</sup> Cfr. M.A. Powell, *Texts from the Time of Lugalzagesi: Problems and Perspectives in their Interpretation*. Hebrew Union College Annual 49, Cincinnati 1978, pp. 1-58.

<sup>44</sup> Cfr. I. J. Gelb, "On the alleged Temple and State Economies in Ancient Mesopotamia", em *Studi in onore di E. Volterra*, VI, Milano 1969, p. 141.

<sup>45</sup> Cfr. J. A. Brinkman, Art. *Kudurru*, em *Reallexikon der Assyriologie*, vol. 6, pp. 267-274; Cfr. tb. CAD "K", p. 495s.

<sup>46</sup> Cfr. I. Diakonoff, *Oikumene* 3 (1982) p. 15: "... the Kassite and post-Kassite kudurru were usually grants of land and/or charters of immunity, while the Sammehurkunden of the 3. Millenium B.C. are deeds of purchase".

<sup>47</sup> A melhor e mais recente edição desses textos é a de I. J. Gelb, P. Steinkeller, R. M. Whiting Jr., *Earliest Land Tenure Systems in the Near East: Ancient Kudurrus*, OIP 104, Chicago 1991.

<sup>48</sup> Cfr. H. J. Nissen, P. Damerow, R. K. Englund, *Frühe Schrift und Techniken der Wirtschaftsverwaltung im alten Orient*, Bad Salzdetfurth 1991, pp. 158-168.

<sup>49</sup> Sobre as diferentes tipologias de documentos desta natureza cfr. I. J. Gelb, P. Steinkeller, R. M. Whiting Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, pp. 199-203.

<sup>50</sup> Cfr. I. J. Gelb, P. Steinkeller, R.M. Whiting Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, pp. 213-228.

<sup>68</sup> A expressão usada é, geralmente, SÂM x GÎN KÛ.BABBAR ... KÛ: "o preço de x siclos de prata ele recebeu (literalmente "ele comeu").

<sup>69</sup> Cfr. p. ex. a Estâna de Lupada, escrita em sumério e originária de Girsu no período de Fara, em I.J.Gelb, P. Steinkeller, R.M. Whiting Jr, *Earliest Land Tenure Systems*, p.72 e a tábua de Lummatar, também em sumério e proveniente de Girsu do período proto-dinástico III b, *ibid.* p. 75. Para uma tradução alemã desses textos cfr. D. O. Edzard, *Sumerische Rechtsurkunden des III. Jahrtausends aus der Zeit vor der III Dynastie von Ur*, München 1968, pp. 181-183 e pp. 185-191.

<sup>70</sup> Cfr. I. J. Gelb, P. Steinkeller, R. M. Whiting Jr, *Earliest Land Tenure Systems*, p. 15-20.

<sup>71</sup> Cfr. I. J. Gelb, P. Steinkeller, R. M. Whiting Jr, *Earliest Land Tenure Systems*, p. 25.

<sup>72</sup> Assim, aparecem entre os compradores funcionários intitulados de LUGAL, ENSÍ, SANGA, EN etc.... Cfr. a lista com as profissões dos compradores e vendedores elencados nos documentos coletivos ("ancient kudurru") em I. J. Gelb, P. Steinkeller, R. M. Whiting Jr, *Earliest Land Tenure Systems*, p. 18-20. Note-se, contudo, que em um "ancient kudurru" proveniente de Adab, região mais perto do norte, aparece um SIMUG = ferreiro como comprador. Parece, contudo, tratar-se do único exemplo de um comprador, que não seja um alto funcionário, nos ancient kudurrus.

<sup>73</sup> Cfr. A. Deimel, *Wirtschaftstexte aus Fara*, Leipzig 1924. Para uma edição mais atual e completa dos textos, hoje, conhecidos cfr. I.J. Gelb, P. Steinkeller, R. M. Whiting Jr, *Earliest Land Tenure Systems in the Near East: Ancient Kudurrus*, Chicago 1991; D. O. Edzard, *Sumerische Rechtsurkunden des III. Jahrtausends aus der Zeit vor der III. Dynastie von Ur*, München 1968; J. Krecher, *Neue sumerische Rechtsurkunden des 3. Jahrtausends*, ZA 63 (1974) 145-271.

<sup>74</sup> Para a análise econômica, que nos interessa neste contexto, trabalharemos, apenas, com os contratos de compra e venda de bens imóveis.

<sup>75</sup> Cfr. J. Krecher, ZA 63 (1974) p 151s. Para a tradução portuguesa de um contrato de compra de um campo, do período Fara, que pode oferecer um bom exemplo deste tipo de contrato cfr. E. Bouzon, "Os modos de produção na Baixa Mesopotâmia do terceiro e segundo milênios da era pré-cristã", em C.F. Cardoso (Org.), *Modo de Produção Asiático. Nova visita a um velho conceito*, Rio de Janeiro 1990, pp. 28-29.

<sup>76</sup> Cfr. D. Charpin, "Transmission des titres de propriété et constitution des archives privées en Babylonie ancienne", em K.R. Veenhof (ed.), *Cuneiform Archives and Libraries*, Leiden 1986, pp. 121-140.

<sup>77</sup> Cfr. I. J. Gelb, P. Steinkeller, R. M. Whiting Jr, *Earliest Land Tenure Systems*, p. 13, onde os autores escrevem: "The linguistic distribution of sale documents

presents a less varied picture than that of the kudurrus. All forty-two Fara sale documents from Shuruppak (including one found at Uruk), all twenty Pre-Sargonic sale documents from Lagash, and one sale document from Adab are written in Sumerian. The exception is the Pre-Sargonic text no. 156a, which is of unknown provenience and is written in Akkadian".

<sup>78</sup> Cfr a lista de nomes dos compradores e vendedores elencados nas tabuinhas de argila em I. J. Gelb, P. Steinkeller, R. M. Whiting Jr, *Earliest Land Tenure Systems*, p. 19-20.

<sup>79</sup> A arqueologia da Baixa Mesopotâmia encontrou nas casas neolíticas silos escavados no solo, fornos, áreas destinadas à habitação, áreas destinadas ao trabalho de moagem, de tecelagem e do ceramista. Cfr. H. J. Nissen, *Grundzüge einer Geschichte der Frühzeit des vorderen Orients*, pp. 18-40; P. Charvát, *Ancient Mesopotamia*, pp. 42-57.

<sup>80</sup> Cfr. M. I. Finley, *A Economia Antiga*, pp. 19-43.

<sup>81</sup> Especialmente os especialistas cômicos e, depois da invenção da escritura, os escribas, que dominaram a administração templária e palatina, formaram uma classe privilegiada, de grande influência na gestão do cidade-estado suméria.

<sup>82</sup> Cfr. A. L. Oppenheim, *Ancient Mesopotamia*, p. 95s.

<sup>83</sup> Cfr. R. Mc C. Adams and H. J. Nissen, *The Uruk Countryside. The Natural Setting of Urban Societies*, Chicago 1972; A. Parrot, *Archéologie Mésopotamienne. Technique et Problèmes*, Paris 1953, pp. 221-237; P. Steinkeller, *Grundeigentum in Babylonien von Uruk IV bis zur frühdynastischen Periode II*, *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte, Sonderband: Das Grundeigentum in Mesopotamien*, Berlin 1987, pp. 11-27.

<sup>84</sup> Cfr. I. J. Gelb, P. Steinkeller, R. M. Whiting Jr, *Earliest Land Tenure Systems*, p. 25: "On the basis of these data it can be tentatively suggested that the institution of "private"/alienable landed property originated in the north, from where it spread to the south...".

<sup>85</sup> Cfr. I.J.Gelb, P. Steinkeller, R.M. Whiting Jr, *Earliest Land Tenure Systems*, p. 25: "Conversely, the institution of the temple household and its peculiar system of land tenancy appears to have been originally a southern phenomenon, which was eventually transmitted to the north, though never superseding in importance the royal and private households".